



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Curso de Licenciatura em Letras

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO

GORETH GOMES DA CUNHA

Projeto de Pesquisa apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Letras na modalidade a distância da UFRPE,
como requisito para a conclusão da disciplina
de Metodologia da Pesquisa Aplicada ao
Ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

Orientador(a): Profa. Dra. Suzana Ferreira
Paulino Domingos.

Goreth Gomes da Cunha

Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Goreth_gomes@hotmail.com

Surubim
2019

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO

Goreth Gomes da Cunha

RESUMO

É pela língua que o sujeito se constrói na sociedade ou é excluída dela por meio do preconceito linguístico é um fenômeno que gera a exclusão social de quem não domina a norma padrão. A presente pesquisa teve por objetivo refletir sobre as variações e o preconceito linguístico no ensino de língua portuguesa, discutindo o papel do professor nesse processo. A pesquisa foi bibliográfica e exploratória, baseada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística variacionista Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2005) e de documentos oficiais da educação. A escola é o espaço de reflexão e formação crítica dos estudantes e deve discutir em sala a importância de valorizar as variações linguísticas da sociedade. É importante que o aluno entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da cultura humana. Cabe aos professores adotar uma postura crítico-reflexiva com relação ao ensino da língua portuguesa, conscientizando seus alunos sobre o fenômeno social e cultural das variações linguísticas. Por fim, a BNCC aborda as variações linguísticas superficialmente.

Palavras-chave: Preconceito linguístico. Língua. Variação linguística.

1. Introdução

Considerando a diversidade étnica e cultural estruturadora da nossa sociedade, as variedades caracterizam o Brasil. Dessa forma, a língua de um povo reflete as representações e construções da sociedade e por ela as relações de poder e dominação, os consensos, as transmissões culturais, entre outras, se estabelecem. Em suas diversas formas e variantes, ela é uma entidade viva, dinâmica e é o seu uso figura, socialmente, como prestígio social e instrumento de ascensão profissional. Contudo, da mesma forma que a língua constitui o sujeito e seu espaço na sociedade, é por meio dela que é ele também é excluído.

A diversidade linguística é um reflexo da vivência social dos indivíduos e cada um utiliza construções gramaticais e vocabulário que o individualiza, ou seja, uma maneira própria de usar a língua (Ferreira *et al.* 1996). A variação linguística é socioculturalmente transmitida. Nesta perspectiva, compreendê-la implica conhecer os meios pelos quais ocorre o fenômeno, reconhecendo que a língua é contínua e, portanto,

não existe uma unidade linguística, mas representações identitárias dos seus falantes. Por isso, a falta de conhecimento do fenômeno da diversidade linguística é um dos principais geradores de preconceito linguístico, diretamente ligado à desigualdade social.

Percebe-se que o preconceito linguístico se reflete nas escolas e vem sendo discutido nelas e em outros meios sociais para combater a discriminação, uma vez que gera problemas de interação entre docentes e discentes, tornando a sala de aula um local de exclusão social de falantes que não utilizam a língua padrão, favorecendo as ideologias das elites, subjugando as demais variações linguísticas e inferiorizando-as. Por isso, atendendo às demandas de transformações sociais, a escola passou a ser um ambiente de reflexão e luta e o professor um mediador da aprendizagem em contexto de diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas do educando, considerando o seu desenvolvimento crítico. Dessa forma, cabe aos professores adotar uma postura crítico-reflexiva com relação ao ensino da língua portuguesa, conscientizando seus alunos sobre o fenômeno social e cultural das variações linguísticas.

Portanto, o presente trabalho, de natureza bibliográfica e exploratória, teve por objetivo geral refletir sobre as variações linguísticas, relacionando-a a aspectos sociais e culturais no ensino de língua portuguesa, promovendo reflexões sobre o ensino-aprendizagem de variações linguísticas e combatendo o preconceito linguístico. Como objetivos específicos foram estabelecidos: compreender as variedades da língua como prática social e não como erro gramatical; reconhecer as variações linguísticas em diversos contextos sociais e culturais, bem como manifestações de preconceito linguístico.

A pesquisa é relevante para toda a sociedade e justifica-se pela necessidade de se fazer uma crítica ao ensino de língua portuguesa que privilegia as normas culta e padrão considerada socialmente correta, em detrimento de outras variedades da língua, desconsiderando o caráter dinâmico e transformativo da língua.

2. Língua portuguesa e variações linguísticas

A sociolinguística, área da Linguística que estuda e observa as variações e mudanças linguísticas na sociedade, possibilita refletir acerca das variedades e do preconceito linguístico. “Todas as variedades, do ponto de vista estrutural linguístico, são perfeitas e completas entre si. O que as diferencia são os valores sociais que seus membros têm na sociedade” (Cagliari, 2007, p. 81).

[...] a tarefa da sociolinguística educacional não se esgota na descrição da variação e divulgação dos resultados obtidos [...]. O que é preciso, de fato, é contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos e isto requer uma mudança de posturas da escola e da sociedade em geral. Para tal mudança de postura, todavia, a descrição das regras variáveis é uma etapa preliminar importante. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 130).

A língua é considerada um sistema complexo e heterogêneo em que (Tarallo, 1994, p. 6) “a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é a um só tempo heterogênea e diversificada”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997) entendem a língua como um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. E aprendê-la é aprender os seus significados culturais e os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.

Sendo profícua em tipos e manifestações de variações linguísticas, a língua portuguesa não é uniforme no território brasileiro. Assim, as variações linguísticas ocorrem em todos os níveis de funcionamento da linguagem, sendo, geralmente, mais perceptíveis na pronúncia e no vocabulário. Segundo Brandão (1991), em sua fala, um indivíduo pode transmitir dados que permitem ao interlocutor depreender seu estilo pessoal, idioleto, e filiá-lo a um determinado grupo.

A Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades que podem ser motivo de preconceitos. Por isso, é preciso orientar os alunos a perceber diferenças e saber os contextos em que se pode usar cada tipo de linguagem. As formas em variação recebem o nome de “variantes linguísticas”. Tarallo (1986, p. 08) afirma que “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.” A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*. Os padrões próprios da tradição escrita não são os mesmos que os padrões de uso oral, ainda que haja situações de fala orientadas pela escrita. Vale ressaltar que a

discriminação de algumas variedades linguísticas expressa conflitos existentes no interior da sociedade brasileira, uma vez que ela é constituída pela elite e por classes oprimidas, interagindo em processos sociais contraditórios.

A ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “uma”, uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.) (Bagnó, 1999, P.27-28)

Para os PCN (1998) que a língua muda e que por isso o aluno deve estar preparado para identificar tais mudanças, pois

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (Brasil, 1998, p. 29).

O Brasil, em decorrência do processo de povoamento e colonização, apresenta grandes contrastes regionais e sociais, mesmo em grandes centros urbanos, em cuja periferia se concentram comunidades mantidas a margem do processo (Brandão, 1991). A variação da língua está relacionada a fatores sociais como etnia, sexo, idade, grau de escolaridade e grupo profissional. Na relação entre identidade e linguagem, o fenômeno de variabilidade sustenta a unidade linguística portuguesa do Brasil e defendem o dialeto carioca enquanto falar padrão, afirmando que o português do Brasil, na sua origem, reflete a superioridade cultural do homem branco sobre os negros e indígenas, trazendo consequências observadas ainda atualmente (Leite e Callou, 2005).

A variação estilística, que é uma das variantes linguísticas, se faz presente na expressividade de cada língua e atende um mesmo indivíduo em diferentes situações de comunicação: se está em ambiente familiar, profissional, o grau de intimidade, o tipo de assunto tratado e quem são seus receptores. Para Tarallo (1994, p. 62), “cada comunidade de fala é única; cada falante é um caso individual”.

Segundo Le Page (1980), um falante cria suas regras linguísticas de modo a se aproximar dos membros do grupo com o qual ele deseja identificar-se, no momento do enunciado de cada ato de fala. Por isso, cada ato de fala é visto como um ato de identidade. Ao fazer isso, porém, o falante é limitado por, pelo menos, quatro condições restritivas: sua capacidade de identificar o grupo modelo; seu acesso a esse grupo e habilidade de produzir as regras; o peso de várias e possivelmente motivações e, finalmente, a capacidade de modificar seu próprio comportamento. Um exemplo disso são os internautas.

As comunidades da internet, ao criarem uma linguagem simbólica, acabam por criar uma sociedade linguística restrita com suas características próprias como a falta de pontuação e de acentuação gráfica, a redução das palavras e orações, a criação de abreviaturas não reconhecidas pela norma padrão da língua. Dessa maneira, existe uma intencionalidade de se criar uma variação própria para cada usuário da língua, especialidade essa bastante presente na cultura do povo brasileiro.

Os aspectos sociais ou diastráticos das variações linguísticas

relacionam um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Neste sentido, podemos apontar os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social; a) classe social; b) idade; c) sexo; d) situação ou contexto social (Mussalim e Bentes, 2001, p. 35).

A maneira de falar do brasileiro não é criada, mas é formada, e isso é um processo gradativo, ou seja, cada vez que decidem dizer algo, fazem isso de maneira não isolada. As frases que falam não são construídas por eles próprios individualmente, mas sim por tudo o que está a sua volta: a família, a sociedade a qual estão inseridos, a região em que habitam, os livros que leem, as escolas em que estudam, etc. (Ferreira *et al.* 1996).

Os PCN's (1997) enfatizam que

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, (...). Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (Brasil, 1997, 21).

Considerando que as variações linguísticas podem ser contextualizadas temporal e espacialmente, reflexões críticas e orientações oficiais podem contribuir para a compreensão do fenômeno que leva ao preconceito linguístico no contexto educacional de ensino de língua portuguesa. Concebida como referência para elaboração dos currículos nacionais, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 13.415/2017), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial normativo de referência à elaboração de currículos escolares, servindo de guia às propostas pedagógicas e docentes para estabelecer conteúdo para todas as áreas do conhecimento e em cada etapa de escolarização das escolas brasileiras privadas, públicas municipais, estaduais e distritais.

O referido documento referencial curricular apresenta orientações para o trabalho com as variações linguísticas, com foco no combate ao preconceito linguístico presente nas salas de aula que refletem o que ocorre na sociedade.

3. Preconceito Linguístico e ensino de língua portuguesa

Bagno (2007) define o preconceito linguístico afirmando que o preconceito linguístico se ancora na crença da existência de apenas uma língua portuguesa, aquela “ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada [...]” (Bagno, 2007, p. 38). Essa noção de preconceito denota a existência de uma língua padrão e outra não-padrão, criando o caos linguístico (Tarallo, 1994), a presença de mais de uma variação existente em uma sociedade.

Segundo os PCN (1997) “[...] há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar é [...] comum considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas” (Brasil, 1997, p. 26). De acordo com Bagno (1999), o preconceito linguístico se manifesta de diversas maneiras, a partir da percepção de que uma variedade linguística seria inferior em relação a uma variedade considerada padrão, estando associado a juízos de valor baseados em fatores como preconceitos socioeconômicos, regionais, culturais, racismo, homofobia, entre outros e enraizado nas desigualdades que moldam as relações sociais e

a construção de identidades. Esse preconceito leva à discriminação, gerando problemas de interação entre os alunos, fazendo com que a sala de aula se torne um local de exclusão social.

Nesse caso, é papel dos professores tomarem uma iniciativa em sala de aula, tendo uma postura mais crítica com relação ao ensino da língua portuguesa, conscientizando seus alunos sobre as variações da língua, mostrando que não é motivo para preconceito, mas sim, mais um fenômeno social e cultural do país.

Assim, o preconceito linguístico se apresenta como uma manifestação explícita do preconceito mais amplo e a compreensão e combate ao fenômeno são cruciais à promoção da igualdade, inclusão e justiça social em uma sociedade diversa e multifacetada. É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana (PCN. MEC, 1998). De acordo com o referido documento, o preconceito linguístico resulta de “avaliações subjetivas dos grupos sociais e deve ser combatido com vigor e energia” (Brasil, 1998, p. 82).

A BNCC (2017) faz referências superficiais à variação nas competências do componente Língua Portuguesa e nas habilidades dos eixos de ensino: Leitura/Escuta, Produção (escrita e multissemiótica), Oralidade e Análise Linguística/Semiótica. Apenas no eixo Análise Linguística/Semiótica a variação figura, superficialmente, como conteúdo do EF II. As competências gerais não explicitam a variação linguística, contudo, na competência 9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2017), conhecer a variação linguística ajuda a entender que diferentes formas de falar representam diferentes identidades dos usuários da língua.

Em relação às competências específicas de LP, há referências à variação linguística em: 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de

construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem; 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos; e 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual (Brasil, 2017).

No que tange às habilidades, no eixo de Análise Linguística/Semiótica, a variação é trabalhada como um conteúdo na habilidade (EF69LP55) - Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico; e na (EF69LP56) - Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada; na (EF09LP10) - Comparar as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial e na (EF09LP12) - Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.

Bagno critica a cultura do erro tão arraigada na nossa sociedade e nas práticas docentes de correção linguística. Possenti (2008), em seu livro Por que [não] ensinar gramática na escola afirma que é fundamental considerar a distinção entre linguística e erro linguístico: “diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão”; “são erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua”.

A variação linguística é um fenômeno próprio de todas as línguas vivas. Uma pessoa que fala português, independentemente de sua escolaridade, sabe e usa a língua materna para interagir com as pessoas com que convive. Por isso o “correto” e o “errado”, nas diversas enunciações linguísticas, devem ser relativizados. No ponto de vista da gramática tudo o que falarmos que não seja a variedade que foi eleita como boa linguagem será um erro. No ponto de vista de uma gramática descritiva, só haverá erro se existir formas que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes da língua.

Segundo Bagno (1999), tratar da língua é tratar de um tema político. Só existe língua se houver seres humanos que a falem. O homem é um animal político (Aristóteles), portanto, a linguística é uma atividade científica essencialmente politizada”. O referido autor afirma haver um mecanismo que ele chama de círculo vicioso do preconceito linguístico, perpetuando em nossa sociedade os procedimentos de muitos profissionais de ensino que colaboram à manutenção da prática de exclusão. Sobre a ruptura desse circuito vicioso do preconceito linguístico, o autor afirma que a norma culta é reservada a poucos brasileiros, por questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Bagno (1999) rejeita o binarismo do uso da língua em “certo” e “errado” nos fenômenos do português falado e escrito no Brasil. Isso nos leva a compreender que algumas formas de falar não significa que são corretas ou incorretas, visto que, algumas palavras são um retrato das nossas diferenças ideológicas e culturais dentro do nosso país, que o reflexo de como as pessoas compreendem a língua e linguagem, deste modo, cada lugar interpreta a língua de uma forma de um jeito.

Existe um mito ingênuo de que a linguagem humana tem a finalidade de “comunicar”, de “transmitir ideias” – mito que as modernas correntes da linguística vêm tratando de demolir, provando que a linguagem é muitas vezes um poderoso instrumento de ocultação da verdade, de manipulação do outro, de controle, de intimidação, de opressão, de emudecimento. Ao lado dele, também existe o mito de que a escrita tem o objetivo de “difundir ideias”. No entanto, uma simples investigação histórica mostra que, em muitos casos, a escrita funcionou, e ainda funciona, com a finalidade oposta: ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso (Bagno,1999, p.133).

O referido autor analisa criticamente 8 mitos associados ao preconceito linguístico, focando no aprimoramento e na compreensão e abordagem deste fenômeno no contexto cotidiano e no âmbito pedagógico, especialmente entre os docentes. O mito 1, A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente, refere-se à diversidade do português falado no Brasil e destaca a importância de as escolas e outras instituições educacionais e culturais abandonarem esse mito da unidade do português no Brasil e passarem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país. O mito 2 Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português, o autor faz uma longa análise levando em conta a história desses dois países e desmistifica mais esse preconceito.

O mito nº 3 Português é muito difícil, o problema é que as regras gramaticais consideradas "certas" são as usadas em Portugal, e como o ensino de língua se baseia na norma gramatical portuguesa, as regras que aprendemos na escola, não correspondem à língua que falamos e escrevemos no Brasil. O mito nº 4 é: As pessoas sem instrução falam tudo errado. O mito nº 5 O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão, mas nenhuma variedade, nacional, regional ou local é intrinsecamente "melhor", "mais pura", "mais bonita", "mais correta" do que outra.

Na sequência, no ensino da língua, obrigar o aluno a pronunciar "do jeito que se escreve" está no mito nº 6 O certo é falar assim porque se escreve assim. O mito nº 7 É preciso saber gramática para falar e escrever bem. Segundo o autor, a gramática passou a ser um instrumento de poder e de controle. O mito 8 O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social tem muito a ver com o mito 1, pois ambos se referem a sérias questões sociais.

Em resumo, a noção de Bagno de que o preconceito linguístico é a manifestação de um preconceito social reforça a ideia de que o que está sendo julgado e excluído é não exatamente a língua, mas quem a fala, o ser social e que negar a língua é negar a própria pessoa e a comunidade a que ela pertence.

Ainda segundo o autor, a mudança de atitude do professor deve refletir-se na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma postura crítica em relação a seu próprio objeto de trabalho: a norma culta, devendo o professor refletir sobre ela. Ele reconhece que o preconceito linguístico existe e que mudanças só acontecerão quando houver uma transformação na sociedade em que estamos inseridos. Também, discute o ensino da gramática tradicional, criticando os conceitos da gramática tradicional, e levanta a questão das mudanças, reconhecendo a ameaça dessas mudanças às estruturas de poder e dominação há muito vigentes.

Pelo viés de Bagno (1999), o professor, a escola e a sociedade em geral devem conceber o ensino da língua a partir de uma visão sociointeracionista aceitando o fato de que não existe certo ou errado em se tratando de língua, e sim, situações em que uma ou

outra variedade é mais aceita, sempre levando em consideração que a negação de uma variedade é mais aceita, sempre levando em consideração que a negação de uma variedade em detrimento de outra ajuda a proliferar o preconceito linguístico, tão presente em nossa sociedade. Permitir que o ensino de língua tenha como suporte não só a gramática normativa, mas também os estudos desenvolvidos pela Sociolinguística é uma prática que pode contribuir para aprimorar o conhecimento linguístico do discente, além de promover a sua autoestima e a legitimação de sua forma de comunicar-se e de entender-se como sujeito ativo da sociedade ao qual está inserido.

Ressalta-se que a gramática deve ser utilizada, mas é preciso que o professor se apoie em outros instrumentos como a leitura (compreensão de textos), ensino de redação (produção de textos) e ensino de vocabulário. A elaboração de propostas mais eficientes voltadas às aulas de Língua Portuguesa é o principal desafio do professor de língua materna, pois, infelizmente, a escola não tem conseguido alcançar o seu objetivo que é o de ensinar a norma culta padrão.

Dessa forma, o professor deve valorizar os valores culturais e os saberes sociolinguísticos dos alunos para que ampliem suas competências linguístico-comunicativas e que possam se comunicar em diferentes contextos, por meio de outras variedades. “É necessário que o professor da Educação Básica assuma uma postura política ao tratar dessas questões” (Bagno, 2008, p. 11). No entanto, “para ser efetivo em uma pedagogia linguística no ensino básico, é preciso que os professores aprendam a operacionalizar esses conhecimentos em seu trabalho pedagógico” (Bortoni-Ricardo, 2012, p. 39).

Nesse contexto, o aluno, centro do processo de ensino-aprendizagem, desempenha importante papel, devendo ter garantido

(...) o respeito às características culturais e linguísticas do educando, o que lhe garantirá manutenção de sua autoestima e viabilizará a sua integração na cultura escolar, que lhe é razoavelmente estranha, e b) o conhecimento, por parte da escola, das características, da competência comunicativa que o educando traz consigo e que deveria ser ampliada ao longo de sua formação Escolar (Bortoni-Ricardo, 1999 P. 78).

Por sua vez, o estudante deve reconhecer e valorizar a sua variedade linguística e saber a importância de estudar sua língua de acordo com a sua realidade, sem vergonha, medo e preconceito.

4. Considerações finais

Esta pesquisa teve o objetivo de discutir sobre variações linguísticas, preconceito linguístico e o ensino de língua portuguesa no contexto escolar, refletindo acerca do papel do professor nesse processo. A linguagem está relacionada à sociedade e, para a Linguística, nenhuma língua é inferior a outra, uma vez que falar diferente não é considerado falar errado, e o que para muitos é considerado erro, possui explicações linguísticas, históricas, sociológicas e/ou psicológicas.

As variações da língua são relacionadas a fatores etários, de grau de escolaridade, status socioeconômico, cultural, entre outros. E, com todas essas diversidades linguísticas, cabe aos professores conscientizar os alunos sobre o fenômeno e o respeito às diferenças, entendendo a diversidade, aceitando e estudando-a, respeitando os antecedentes linguístico-culturais do aprendiz, ampliando o respeito mútuo por aqueles que iniciam as suas atividades escolares, introduzindo-os no campo social, com vistas à preservação da sua identidade sociolinguística.

Sendo a língua viva e heterogênea, e o sujeito pode ser construído na sociedade ou ser excluída dela, a escola, como espaço de reflexão e construção de criticidade e cidadania, é necessário que seja discutida em sala de aula a importância de valorizar e legitimar as variações linguísticas próprias da cultura humana.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 51 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Não é errado falar assim!** em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Português brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 1999.

_____. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro ciclo. Brasília: MEC /SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro ciclo. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BERZOTI FILHO, Paulo. **Formação linguística do Brasil.** São Paulo: Nova Didática, 2002.

BRANDÃO, S. **A geografia linguística do Brasil.** São Paulo: Ática, 1991.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística.** São Paulo: Scipione, 2007.

LEITE, Yonne, CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros.** 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **introdução à linguística:** domínios e fronteiras. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCENTES, Antenor. **Tesouro da Fraseologia Brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro, 1966.

PAGE, Le. http://cettrans.com.br/artigos/Tercia_Ataide_Franca_Teles.pdf

POSSENTI, Sírio. **Por que [não] ensinar gramática na escola.** 18 reimp, Mercado de Letras). 2008.

RAMOS, Jânia. **História social do português brasileiro: perspectivas.** 1998.

TARALLO, Fernando. (org.) **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. (org.) **Fotografias sociolinguísticas.** Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade de Campinas, 1989.